

# *Converter e civilizar*

## *Uma solução contra a barbárie indígena*

Carla Nunes da Silva

Mestranda na Faculdade de  
Educação (UFMG)

### **Resumo**

A colonização do interior do Brasil se estendeu até o século XIX. No momento em que se processou o desbravamento do sertão das Minas Gerais, a Igreja desenvolveu atividades missionárias no Núcleo Indígena de Itambacuri (fundado em 1873), cujos objetivos eram a conversão e a civilização dos índios. Desde o início da colonização, a missão de cristianizar e civilizar os selvagens – que impediam a ocupação e a exploração econômica das terras – coube aos homens de fé.

### **Abstract**

The colonization of Brazil's inland went as far as the 19th century. At the time that the colonization of the interior of Minas Gerais took place, the Church developed missionary activities at the Itambacuri Indian Center (founded in 1873), whose objectives were the Indians' conversion and civilization. From the beginning of colonization, the mission to christian and to civilize the Indians – who prevented the occupation and the economic exploration of the lands – was always the task of members of the church.

## Introdução

Durante a segunda metade do século XIX, discussões de ordem política, social e econômica suscitaram a projeção de um ideal de cidadão: branco, moderno, participativo, capaz de compreender a sociedade, de produzir mais e melhor para o crescimento afetivo de si próprio e do meio social em que vivia. No Brasil, a constituição desse cidadão era possível – segundo um discurso político-educacional desenvolvido antes mesmo do advento da República – a partir de uma educação moderna e fundada em um ideal de civilidade, ou seja, um conjunto de formalidades morais e de comportamento que deveria ser observado pelos indivíduos. A constituição da história e do cidadão brasileiro foi gestada, a partir do período imperial, com o intuito de se garantir uma homogeneidade nacional, da qual pudesse ser produzido e disseminado um sentido e um sentimento de pertença à comunidade brasileira (Verissimo, 1985).

Entretanto, uma das grandes dificuldades que os intelectuais do

Império enfrentaram na tentativa de constituir tal homogeneidade cultural para o Brasil relacionou-se à questão da diversidade étnica e, nesse caso, ao problema indígena. Segundo John Manuel Monteiro, não havia informações suficientes sobre os índios brasileiros, condição imprescindível para a conformação tanto da história, quanto da identidade nacional do país:

*(...) um dos principais desafios na construção de uma história nacional residia em localizar, recuperar e divulgar os relatos que davam conta dos aspectos históricos e etnográficos das sociedades indígenas, ainda inéditos em sua maioria. Tal tarefa foi enfrentada não apenas pelo próprio Instituto [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], através de sua revista trimestral, como também por numerosas revistas literárias e políticas que animavam a vida intelectual da Regência e do Segundo Reinado. (Monteiro, 1996).*

A discussão em torno do problema indígena arrefeceu no período imperial (Monteiro, 1996). Estudos etnográficos e pesquisas sobre a evolução racial estiveram presentes,

de forma ora direta, ora indireta, nas reflexões sobre como lidar e o que fazer com o *outro*, o *diferente*. Os estudos e os debates (principalmente os trabalhos realizados após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) sobre como integrar o índio à comunidade brasileira dividiram o cenário político com outras questões – comportamento e relacionamento social, práticas e posturas políticas e econômicas, o papel do Brasil junto aos demais países da América e da Europa, a efetiva inserção do país na modernidade, etc. –, também consideradas relevantes.

Essas reflexões não ocorreram de forma isolada; na verdade, todas estavam intrincadas entre si. O problema indígena, particularmente no período que precedeu a proclamação da República (1889), de maneira alguma estava desvinculado do debate sobre os rumos da política e da economia do país. Os estudos realizados acerca do indígena estavam intimamente ligados às discussões sobre a homogeneização cultural do Brasil e sobre os rumos da economia (exploração do sertão) nacional (Veríssimo, 1985).

Desde a descoberta no novo mundo, o europeu garantiu para si, através de suas próprias concepções de mundo, de civilidade e de superioridade racial, o *direito* e o *dever* de propagar e implantar tal ideal de civilização. Responsável por essa incumbência, ele se permitiu o poder e o papel de julgar indivíduos e sociedades que considerasse inferiores seja em virtude da raça, da negação da condição humana e espiritual ou da absoluta pobreza cultural em que estavam imersos. Isso pode ser observado no trecho descrito abaixo:

*Fisicamente nus, os índios também são, na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião (...).* (Todorov, 1999, p.42)

Essas considerações comprovavam, desde o início da colonização da América, a necessidade de conversão e civilização desse sujeito, totalmente órfão e carente dos atributos necessários à existência e sobrevivência no interior de uma sociedade organizada sobre bases cristãs. Colombo foi o primeiro a

afirmar a necessidade de se promover a civilização do índio:

*Devemos fazer com que construam cidades, ensiná-los a andar vestidos e adotar nossos costumes. (...) Vossas altezas [os reis de Espanha] devem ficar satisfeitos, pois breve terão feito deles cristãos e lhes terão instruído nos bons costumes de seu reino. (p.51)*

Uma instituição que sempre esteve presente e atuante – desde o período da chegada dos europeus na América – junto às campanhas da tão necessária conversão do *gentio* foi a Igreja. Sua influência nos destinos da relação entre não-índios e índios sempre se deu de modo contundente. À Igreja coube a tarefa de catequizar os indígenas e, a partir disso, torná-los cristãos e, por conseguinte, aptos a apreender os costumes e os valores da civilidade ocidental.

A atuação da Igreja e dos religiosos como promotores da catequese dos índios é o assunto abordado no texto que se segue, elaborado a partir dos estudos realizados sobre o trabalho desenvolvido por religiosos em um aldeamento indígena fundado na província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX.

O Vale do Mucuri, localizado na divisa de Minas Gerais com a Bahia e o Espírito Santo, possuía matas extensas e rios – alguns deles navegáveis – que garantiam a fertilidade do solo. No século XIX, Teófilo Benedito Otoni<sup>1</sup>, com o intuito de desbravar e explorar economicamente a região, construiu a estrada que interligou Minas Novas à cidade de Santa Clara do Rio Mucuri, ambas na província mineira, implantou a Estrada de Ferro Bahia & Minas e organizou a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, cujo objetivo principal era interligar a região – através de uma comunicação entre o Rio Mucuri e o Oceano

<sup>1</sup> *“Teófilo Benedito Otoni nasceu no Serro, em 27/11/1807 e faleceu no Rio de Janeiro, em 17/10/1869. Cursou a Academia de Marinha mas, em 1829, já publicista e militante liberal, deu baixa na Armada e retornou a sua cidade natal, onde fundou o jornal Sentinela do Serro e se estabeleceu no comércio. Foi deputado provincial e geral e tornou-se o principal líder da Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais. Derrotado na batalha de Santa Luzia, foi preso e depois absolvido e anistiado. Retornou ao Rio, novamente como deputado geral, e se estabeleceu com sucesso no comércio da capital. Em 1847, fundou com seus irmãos a Companhia do Mucuri, para desenvolver um ambicioso programa de colonização, navegação e abertura de estradas no nordeste de Minas Gerais. O projeto não foi bem sucedido, gerou grandes controvérsias e consumiu toda a fortuna de Otoni. Em 1864, Teófilo Otoni tornou-se senador do Império por Minas Gerais (...)”.* (HALFELD e TSCHUDI, 1998)

Atlântico – ao Rio de Janeiro (Palazzolo, 1973).

A abertura de picadas na mata, a construção de estradas de rodagem, o extrativismo, as atividades agrícola e pecuária, enfim, a colonização do nordeste de Minas Gerais foi desenvolvida, primordialmente, por imigrantes europeus – em sua maioria italianos e alemães (Weyrauch, 1997). Os colonos eram contratados para trabalhar na companhia fundada por Teófilo Otoni, nas Colônias de Imigrantes<sup>2</sup> criadas pelo governo provincial e em propriedades particulares localizadas na cidade de Filadélfia e nos povoados vizinhos.

A exploração do Vale do Mucuri concorreu para o efetivo desenvolvimento das atividades econômicas de Minas Gerais. Na verdade, o governo imperial concedeu o direito de exploração da região a Teófilo Otoni porque o desbravamento e a colonização do sertão brasileiro constituíam alvos de interesses políticos e econômicos.

Contudo, o desenvolvimento comercial dessa região foi, incessantemente, ameaçado pela hostilidade do *gentio* da terra. O

confronto entre índios e não-índios era comum e bastante violento. Estabelecimentos comerciais, acampamentos das frentes de trabalho, vilas e fazendas sofriam ataques constantes, cujos resultados eram o extermínio de várias pessoas – às vezes, famílias inteiras eram assassinadas. Os colonos e as milícias de apoio, por sua vez, além de manterem uma contínua prática de provocação, organizavam expedições com o objetivo de aprisionar e/ou dizimar os selvagens, suas famílias e suas aldeias.

A fim de amenizar os problemas do contato entre índios e não-índios, postos militares foram instalados nas estradas de acesso às principais fazendas, nas proximidades dos centros comerciais e do porto de Santa Clara do Mucuri. Essas guarnições militares eram mantidas, oficialmente, pela província, pela Companhia do Mucuri ou pelo governo do Império: Entretanto, nem as expedições de aprisionamento, nem os postos

---

<sup>2</sup> *A Pasta da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas de Minas Gerais (Repartição de Imigração e Colonização) – acervo do Arquivo Público Mineiro (APM) – contém registros das colônias fundadas para receber os imigrantes que chegavam da Europa.*

militares conseguiram diminuir o número e a intensidade dos conflitos.

Teófilo Otoni, através de uma política da “boa convivência”, conseguiu diminuir, embora de forma precária e durante pouco tempo, a rixa entre colonos e indígenas. A partir do uso de procedimentos mais “amigáveis” no contato com o *gentio* – demonstração de amizade, prática de escambo e estabelecimento de acordos – Otoni manteve, durante o período em que estava na administração das atividades de exploração do sertão, uma convivência, se não tranqüila, ao menos suportável. Mas, após a transferência da administração para o poder público, a provocação e as lutas recomeçaram violentamente, como o descreveu Tschudi<sup>3</sup>:

*Durante quatorze anos, o senhor Teófilo Benedito Ottoni (...) conseguiu, através de um comportamento humano e perspicaz, manter seus núcleos livres de ameaças, mesmo em meio a numerosas tribos selvagens de Botocudos. Entretanto, em 1861, assim que a colônia [do Mucuri] passou para a propriedade do governo, a antiga amizade ou neutralidade de muitas tribos*

*transformou-se, devido a atitudes tanto inábeis quanto provocativas por parte dos brasileiros, em franca agressividade, e dentro de pouco tempo uma boa quantidade de colonos havia sido assassinada por eles.*(Halfed e Tschudi, 1998, p.104)

A agressividade dos índios, na maioria das vezes, foi fruto da inabilidade dos colonos, pois estes os consideravam bárbaros e incapazes de manter uma convivência pacífica. Mesmo Teófilo Otoni, quando seus interesses estavam ameaçados, não hesitou em armar-se contra os indígenas considerados mais perigosos, como relata Weyrauch:

*[Os índios] eram para serem combatidos: significavam barbárie (...). Matava-se índio sempre que possível (...). Esta 'nobre' tarefa era incumbência oficial da força pública convocada pelos homens da Companhia do Mucuri, em cujo projeto progressista não havia lugar para os bárbaros da terra (...).* (Weyrauch, 1997, p.107)

<sup>3</sup> Johann Jakob von Tschudi, naturalista suíço, no final da década de 50 do século XIX, empreendeu uma série de viagens pela província de Minas Gerais – algumas delas em companhia de Teófilo Otoni. Suas observações sobre Minas foram relatadas no texto *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, publicado em 1862.

Mas, afinal quem eram esses bárbaros? Eram povos autóctones que, segundo os europeus, não possuíam cultura, religião e organização social definida e, além disso, eram nômades e desconheciam a agricultura, a pecuária e a domesticação de animais. Viviam em grupos distintos que sobreviviam da coleta de alimentos, da pesca e da caça.

Os vários grupos indígenas existentes no Brasil foram diferenciados a partir dos estudos que permitiram a conformação de agrupamentos lingüísticos (José, 1965). Os Botocudos, segundo José, constituíam a maioria dos índios que habitavam a província de Minas Gerais:

*(...) os gracnuns, os machacalis, os maconis, os malalis, os nacnenuques, os pojichãs e os quejaurins [todos do grupo Botocudo] (...), povoavam as florestas de um e o outro lado dos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus e afluentes dêles, desde o Espírito Santo até o Sertão Mineiro, no início do século XIX. Por sua vez, os aludidos agrupamentos abrangiam os indígenas aranás, catolés, crenaques, giporoques, honorés ou*

*noretas, pataxós, potés, puruntus ou perutins etc. (...). (José, 1965, p.16)*

Tschudi também confirmou, em seus relatos, a presença dos Botocudos nas serras e vales da província mineira, e os descreveu como indivíduos fortes, agressivos e resistentes:

*A maioria dos botocudos é de tipo forte, com tórax bem desenvolvido e membros esguios. Usam habitualmente grandes rodelas de madeira no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas, que alongam esses últimos de tal forma que eles chegam a cair até os ombros (...). Andam totalmente nus, com os corpos pintados de vermelho e azul, e as mulheres enfeitam os pulsos e os tornozelos (ou pescoço) com cordões em que penduram unhas de porcos ou antas, dentes de capivaras, pacas e onças, penas, frutinbos silvestres duros e muitas outras coisas. Alguns grupos são antropófagos, e devoram os cadáveres de seus inimigos. Seu apetite é extraordinário. Comem tudo o que é minimamente comestível e – quando conseguem obter o suficiente – em quantidades inacreditáveis; mas podem também, como os animais selvagens, aguentar longos*

*períodos de fome. Os botocudos vivem em luta constante, tanto entre si como contra os colonos civilizados, e também contra os índios de outras tribos, movidos principalmente pela fome e pela vingança.* (Halfed, 1998, p.102-103)

A guerra travada entre os índios e os colonos atingiu, no início da década de 60 do século XIX, resultados lastimáveis, pois os primeiros não aceitavam nem as provocações, nem as condições impostas pelos últimos, e estes, por sua vez, não abandonavam as atividades de exploração do sertão. A expansão da colonização do nordeste de Minas Gerais não podia cessar. Nesse sentido, o governo da província solicitou, em 1861, ao Ministério dos Negócios do Império, o envio de missionários para fundarem um aldeamento na região, cujo objetivo era a civilização dos selvagens.

O ministro dos Negócios do Império, a fim de resolver a situação de guerra entre o *gentio* e os colonos de Minas Gerais, enviou um pedido de ajuda ao prefeito do Presídio do Castelo, no Rio de Janeiro, para que designasse missionários para trabalhar no Vale do Mucuri. Mais de dez anos se passaram. O pedido do ministro

só foi atendido quando a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, com sede na Itália, escolheu e enviou, em 1872, dois religiosos, Frei Serafim de Gorzília e Frei Ângelo de Sassoferrato, para atuarem na catequese, conversão e civilização dos índios.

A solicitação de missionários por parte do governo provincial e o pedido de ajuda do Ministério dos Negócios ao responsável pelos capuchinhos no Brasil concorrem para a emergência de duas questões: por que delegar a missionários religiosos a tarefa de civilizar os índios e por que convocar missionários da ordem dos capuchinhos?

### ***Missão e Missionários***

O termo Missão designava uma incumbência, uma delegação divina conferida num intuito religioso que poderia ser de "catequese e conversão, evangelização ou afirmação da fé cristã"<sup>4</sup>. O tempo de

---

<sup>4</sup> *Esse raciocínio foi desenvolvido com base nos apontamentos propostos, sobre missão e agentes missionários, no seguinte texto: CENTRO CATEQUÉTICO DIOCESANO. Conteúdo e orientações para uma catequese renovada. 12a edição. SP: O Recado Editora Ltda., 1985.*

duração de uma missão era definido de acordo com os objetivos que se pretendia alcançar e com o público ao qual se destinava.

A *Missão Catequética* – cuja organização cabia às ordens religiosas – geralmente possuía a intenção de ser de longa duração ou permanente. O trabalho missionário consistia num processo através do qual o indivíduo tomava conhecimento da existência de um ser superior (Deus), criador e regente do universo e de tudo e todos que nele habitavam. Esse processo – especialmente elaborado para indivíduos ou povos considerados bárbaros e/ou pagãos – era dividido em duas etapas: a primeira consistia na apresentação e conscientização da existência sobrenatural de um único Deus verdadeiro, e a segunda desenvolvia-se a partir da imposição da obediência às leis do Criador. O catecismo – meio pelo qual a obediência às leis divinas e a leitura da Sagrada Escritura eram orientadas e impostas a partir da divulgação da doutrina religiosa – era o termo que definia a segunda etapa desse modo de trabalho missionário.

A *Missão Evangelizadora* consistia na divulgação da Palavra de Deus e

dos valores da cristandade ocidental. O catecismo era a base desse tipo de trabalho missionário; isso, porque o público, assistido por essa missão, já possuía o conhecimento da existência de Deus; o que lhe faltava era o entendimento elementar da Bíblia e das normas da religião verdadeira. A evangelização ocorria, oficialmente, a partir da exposição do conteúdo do Livro Sagrado, do conhecimento e assimilação de orações e cânticos religiosos e, principalmente, da incorporação do comportamento cristão. O indivíduo que conseguisse “decorar” as lições e as orações ensinadas era, então, considerado uma pessoa evangelizada e minimamente capaz de se portar como um cristão. Missões de evangelização eram realizadas para atender aos índios (que estavam na segunda fase do processo de catequese e conversão) e a indivíduos não-índios que, apesar de saberem da existência do Deus único, não conheciam e/ou não praticavam a religião verdadeira.

A *Missão de Afirmação da Fé*, assim como a *Missão Evangelizadora*, eram realizadas durante um curto período de tempo. Além disso, a

execução das atividades programadas nessas missões podia ser de responsabilidade de indivíduos leigos, desde que devidamente preparados, e o incentivo à sua realização, bem como a sua organização podiam partir das ordens religiosas, das associações de clérigos, de párocos e/ou do próprio Papa. Geralmente, o trabalho de afirmação da fé cristã era proposto e organizado em torno de um tema bíblico ou relativo à conduta do bom cristão. Escolhido o tema, fazia-se um ciclo de palestras, discursos ou estudos sobre o assunto proposto, que culminava com o estabelecimento de ações e/ou tarefas para serem seguidas pelos fiéis. Isto, segundo Perriens<sup>5</sup>, era necessário para a manutenção e conservação do fervor cristão.

Enfim, a missão, qualquer que fosse a modalidade e o objetivo pretendido, era um bem concedido por Deus à sua Igreja, por isso deveria ser utilizada sempre que necessário. Para Perriens, Deus, ao delegar esse bem à Igreja, criou um meio, através da ação de seus servos (os missionários), de promover a salvação das almas:

*Entre os maiores benefícios que Deus concedeu à sua Igreja, devemos, sem dúvida, enumerar este, que em tempos tão depravados e corruptos decretou empregar este meio efficacissimo para salvar as almas, miseravelmente abysmadas no lado do peccado; pois a experiencia provou decididamente que meio poderoso de salvação é uma missão (...). As missões correspondem admiravelmente às necessidades da época porque tendem directamente a realizar o grandioso lemma (...) fazer reinar Jesus Christo nos corações de todos, e com Jesus Christo a verdadeira civilização, o verdadeiro progresso, a verdadeira sciencia, a verdadeira felicidade. (Perriens, 1910, p.150)*

Nesse sentido, os missionários religiosos eram, sem dúvida, os indivíduos que melhor poderiam promover a civilização dos indígenas. Além de possuírem o “aval” de Deus, eles eram preparados, durante o processo de formação, para exercer essa função.

Para além do discurso puramente eclesial, um outro fator que

<sup>5</sup> Gualter Perriens participou do segundo Congresso Católico Brasileiro em 1910. Nessa oportunidade defendeu o uso e a importância das Missões Religiosas.

contava a favor dos missionários era a extensa experiência que possuíam no trato com o *gentio*. Desde o início da colonização do Brasil, os religiosos estiveram diretamente em contato com os índios, exercendo sempre a mesma função: catequese, conversão e civilização dos selvagens (Barbosa, 1947). Quando catequizados e convertidos ao Cristianismo, os indígenas tornavam-se menos hostis, sedentários e, por isso mesmo, capazes de desenvolver atividades econômicas, como exemplo, a agricultura e a pecuária. A diminuição da hostilidade e a civilização permitiam ao índio apreender e realizar atividades que fossem úteis à sociedade e, mais importante, impediam-nos de atrapalhar o desenvolvimento da exploração do sertão brasileiro.

Pensando no desenvolvimento das atividades econômicas do sertão brasileiro e na utilização da força de trabalho dos indígenas para o crescimento do país, Couto de Magalhães<sup>6</sup>, em 1875, não só defendeu a utilização de processos civilizacionistas para o índio, como também, propôs o seguinte:

*(...) Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo (...). Utilizar cerca de um milhão de selvagens que possuímos, os quais são os que melhores serviços podem prestar (...), porque as indústrias extrativas (...), só tem sido e só podem ser exploradas pelos selvagens. (Magalhães, 1975, p.23)*

Para que os índios fossem realmente úteis ao desenvolvimento econômico do país era necessário civilizá-los. Ao poder público coube, então, incentivar – com a ajuda imprescindível dos missionários – os processos de civilização do *gentio*.

Em 21 de junho de 1843, após seis anos de diálogo e negociação entre Governo e Igreja, o decreto n. 285 permitiu a vinda de missionários capuchinhos ao Brasil. A partir dos acordos assinados entre a Santa Sé e o governo do Império, estabeleceu-

---

<sup>6</sup> O General José Vieira Couto de Magalhães desenvolveu, na segunda metade do século XIX, um importante papel no debate da questão indígena. Para ele o Brasil necessitava desenvolver-se política e economicamente para, assim, tornar-se uma nação moderna. O meio mais rápido e eficaz de garantir o crescimento da economia brasileira era a exploração da riqueza natural do país; nesse sentido, a civilização dos selvagens era essencial.

se a *Missão Oficial* (1840 - 1896), que fundou aldeamentos, igrejas, conventos e escolas, cujos objetivos eram garantir a catequese e conversão dos índios, a evangelização dos brasileiros e a afirmação da fé e do catolicismo no Brasil.

Os frades capuchinhos já possuíam experiência no contato com os indígenas brasileiros pois, haviam atuado no país – em caráter extra-oficial – nos seguintes períodos (Palazzolo, 1952):

- a) 1612 a 1614 - *capuchinhos franceses empreenderam uma missão no Maranhão;*
- b) 1650 a 1701 - *nesse período os frades da Bretanha missionaram no Rio de Janeiro;*
- c) 1720 a 1829 - *os italianos implementaram, no Rio de Janeiro, a 1ª missão apostólica do Brasil.*

Logo no início da Missão Oficial, os frades fundaram, na província do Rio de Janeiro, o Presídio do Castelo. Pouco tempo depois, esse convento se transformou na sede da Ordem dos Frades Capuchinhos do Brasil. Os aldeamentos criados no período em que essa missão funcionou alcançaram resultados bastante satisfatórios;

por esse motivo, os capuchinhos foram considerados missionários exemplares, cujo trabalho não só convertia os índios à religião católica, como também proporcionava a sua civilização, tornando-os aptos a desenvolverem atividades que contribuía para o crescimento econômico da nação (Palazzolo, 1973; Pereira, 1998).

Como demonstraram eficiência e habilidade no trato com o *gentio* e vieram para o Brasil a partir do acordo firmado entre Governo e Igreja, as províncias e o Ministério dos Negócios do Império, sempre que necessário, recorreram aos capuchinhos e as suas missões. Os resultados alcançados deveram-se, principalmente, ao modo como os frades tratavam os índios. Segundo Pitanga, eles agiam da seguinte maneira:

*Os missionários capuchinhos, conquistando a confiança dos Índios pelo prestígio de suas figuras imponentes e pelas praticas liturgicas que impressionavam, fundavam as missões em regra na propria aldeia, onde edificavam uma pequena capella, um cemiterio de campo, consistente em uma área cercada de madeira enfrentada por uma cruz, e*

*distribuindo armas de caça e ferramenta de trabalho agrícola, faziam-nos explorar lavouras elementares, principalmente a mandioca, a bananeira, o milho, o algodão, a canna e o tabaco. Não os privavam entretanto, de seus hábitos nomades e os incitavam mesmo à caça e à pesca e principalmente às indústrias extractivas de productos naturaes das proximidades das missões.* (Pitanga, 1915, p.29)

Os frades enviados para o Vale do Mucuri agiram, basicamente, segundo esse roteiro.

Logo que chegaram ao Presídio do Castelo, Frei Serafim de Gorízia e Frei Ângelo de Sassoferrato<sup>8</sup> receberam do comissário geral dos capuchinhos no Brasil Frei Caetano de Messina as Cartas Obedienciais, que oficializavam o trabalho missionário dos religiosos em Minas Gerais e informavam como deveriam ser implementadas as atividades de catequese e conversão dos índios.

Os religiosos designados para uma missão recebiam as Cartas Obedienciais, ou seja, documentos que legitimavam e instruíam sobre o modo como deveria ser processado o trabalho missionário. A legitimidade

da missão era consumada através da Bênção Apostólica concedida pelo superior da ordem religiosa responsável pela formação do missionário (no caso dos capuchinhos, esse superior era denominado Ministro Geral) e pelo Papa.

Além das cartas, Frei Serafim também recebeu do Barão de Itaúna, então ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, a requisição e a nomeação oficial para o desenvolvimento do processo de civilização dos índios:

*(...) nomeio V. Revma. para encarregar-se da catequese dos indígenas na colônia do Mucuri, província de Minas Gerais, com a gratificação mensal de cem mil-réis, devendo, sem demora, partir para a capital da mencionada província, onde receberá da presidência as competentes determinações.* (Palazzolo, 1973, p.27)

Assim que receberam as primeiras instruções básicas sobre o *gentio* e a região para a qual foram designados, os missionários deixaram a capital e partiram para Minas Gerais onde, em

13 de abril, fundaram o Núcleo Indígena de Itambacuri, localizado entre os rios Itambacuri, Mucuri e Doce.

O Papa Pio IX concedeu aos frades Serafim e Ângelo a Bênção Apostólica para missionar no nordeste de Minas, ou seja, deu-lhes a incumbência divina de levar ao conhecimento dos selvagens a "Verdade Revelada". O papel dos religiosos, como servos de Deus e funcionários da Igreja, era o de catequizar e converter os índios. Entretanto, eles possuíam outra função pouco humanitária do ponto de vista da Igreja, mas bastante prática e essencial do ponto de vista político-econômico. Eles foram contratados pelo governo imperial para civilizar os índios. Em outras palavras, pacificá-los para que não impedissem o desenvolvimento das atividades de exploração do sertão mineiro. Esse objetivo, como descreve Beozzo, estava oficialmente expresso no Regimento Indigenista de 1845:

*(...) a política indigenista parece ter dois objetivos: o primeiro, pôr fim aos choques armados nas áreas de expansão da sociedade nacional. A atração e o aldeamento dos índios retira-os da*

*linha de fogo dos que avançam sobre seu território. A sedentarização libera terra para a ocupação dos nacionais. O segundo objetivo patente no novo Regimento é a questão da destinação das terras indígenas. As que estavam abandonadas deviam ser indicadas pelo Diretor<sup>7</sup> ao Governo [do Império], sugerindo o destino a ser dado às mesmas. Aos índios que não cultivassem suas terras, essas deveriam ser retiradas. (p.79)<sup>8</sup>*

Ao diretor do Núcleo Indígena de Itambacuri, Frei Serafim, cabia a dupla função de tornar os "índios cristãos" e, simultaneamente, "torná-los civilizados" – ou seja, imbuídos dos valores da civilidade ocidental. Para desenvolver essas tarefas, ele recebeu orientações do Presídio do Castelo e da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, e apoio pessoal e financeiro da administração da província. Portanto, ele devia obediência e satisfações às duas instituições.

<sup>7</sup> A biografia desses frades e outras informações sobre missões empreendidas pelos capuchinhos no Brasil podem ser encontradas no texto de Serafim Pereira, *op. cit.*

<sup>8</sup> Cada província possuía um Diretor Geral dos Índios responsável pelas questões indígenas.

O trabalho realizado no aldeamento de Itambacuri transformou-se num exemplo bem sucedido do encontro entre Ciência e Religião. O processo de civilização dos índios na província mineira foi possível porque Governo e Igreja uniram-se em favor da solução da questão indígena. A "proteção" e a civilização do índio (como membro de nação brasileira) eram de responsabilidade exclusiva do governo imperial; contudo, não era possível a este prescindir do auxílio vital dos religiosos, que deveriam se ocupar da administração do núcleo e, principalmente, da instrução religiosa e moral do selvagens. A matéria e o espírito deveriam ser trabalhados simultaneamente, com o objetivo de desenvolver as capacidades do índio. Em outros termos:

*(...) melhorá-lo, proporcionando-lhes os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução das ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos, e os meios de usar da arte de coser, à mão e à máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da*

*gordura, dos utensílios de ferro, etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo que êle tem e que constitue o fundo mesmo de tôda a existência social. E todo êsse trabalho, resulta, que o índio torna-se um melhor índio, e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar. (Barbosa, 1947, p.47)*

Frei Serafim e Frei Ângelo optaram por não separar os indígenas dos "nacionais civilizados" e construíram escolas para ambos; isso porque a segregação impedia os índios de observarem os exemplos de religiosidade e de comportamento dos não-índios. O exemplo do exemplo era um dos meios mais utilizados para convencer o "gentio" a se portar de modo adequado. Derrubaram parte da vegetação para a construção dos primeiros ranchos e, através de casamentos, misturaram indivíduos de tribos distintas.

Nas escolas fundadas por Frei Serafim para atender os índios desenvolveu-se a catequese e o ensino da língua, da escrita e da

leitura. Além disso, técnicas elementares de agricultura, da atividade de extração de madeiras e de aberturas de estradas também eram apresentadas aos índios. O processo de conversão foi de responsabilidade direta dos capuchinhos (missionários religiosos) e os demais processos de ensino-aprendizagem foram ministrados por “camaradas” – colonos que auxiliavam no trabalho de civilização – ou por professores (missionários leigos) enviados pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais.

A organização do aldeamento foi preparada com o intuito de fazer com que o índio assimilasse os valores morais e cristãos do Ocidente. Para isso, tentou-se controlar os selvagens fazendo-os freqüentar a escola, as frentes de trabalho e as lavouras. Nem sempre os missionários conseguiram e, mais de uma vez, foram atacados pelo *gentio*. Entretanto, as atividades de civilização nunca cessaram definitivamente, principalmente porque o desbravamento e a exploração do nordeste de Minas continuaram em franco desen-

volvimento. Mesmo sofrendo com os ataques dos índios, o Núcleo Indígena de Itambacuri persistiu. O trabalho dos frades – segundo os pontos de vista da Igreja e dos governos provincial e imperial – foi, ao longo dos anos, adquirindo resultados positivos.

### **Considerações Finais**

O trabalho missionário desenvolvido pelos missionários religiosos não conseguiu atingir o objetivo primeiro: converter, totalmente, o *gentio* da terra. Os índios – mesmo aqueles que aderiram a prática dos ritos da religião católica – não abandonaram completamente seus ritos e seus valores culturais e religiosos. Embora o Núcleo Indígena de Itambacuri tenha alcançado, no início do século XX, o status de cidade mineira, e o trabalho de conversão dos índios tenha atingido um nível satisfatório – em comparação a outras missões da época –, não é possível dizer que os processos missionários foram sucessos absolutos, pois não conseguiram efetivar a conversão e a civilização total dos índios brasileiros.

**Referências Bibliográficas**

- BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *Pelo índio e pela sua proteção oficial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola, 1980.
- HALFELD, H.G.F.; TSCHUDI, J.J.von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Movimento/Perspectiva, 1965.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MONTEIRO, John Manuel. "As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do Império" In: MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CNBB, 1996.
- PALAZZOLO, Jacinto de. *Capuchinhos franceses no Rio de Janeiro: 1612 - 1896*. Rio de Janeiro: Edição da Matriz de São Sebastião dos Capuchinhos, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.
- PEREIRA, Serafim J. *Missionários capuchinhos nas antigas catequese indígenas e nas sedes de Rio de Janeiro, Espírito Santo e leste de Minas (1840 - 1996)*. Rio de Janeiro: Cúria Provincial dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, 1998.
- PERRIENS, Gualter. "Importância e necessidade das missões" In: CENTRO CATHOLICO DO RIO DE JANEIRO. *Segundo Congresso Cathólico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Oficina d'O Universo, 1910, p. 150/151.
- PITANGA, A.S.F. *Tutela dos índios - sua catecheque*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 29/30.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3ª edição.

São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VERISSIMO, José. *A educação nacional*.

Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

WEYRAUCH, C. S. *Pioneiros alemães de Nova Filadélfia*. Rio Grande do

Sul: Editora da Universidade de

Caxias do Sul, 1997.